

Faltam delegados em Brasília

Salários rebaixados e não realização de concurso atrasam apuração de crimes. Há 247 policiais a menos que o necessário

Ana Delmonte
Da equipe do Correio

Há 39 dias o inquérito 318/96 repousa sobre uma das mesas ocupadas pelos delegados da 26ª Delegacia de Polícia (Samambaia). Instaurada em agosto do ano passado para apurar o assassinato cometido por um menor, a investigação já foi prorrogada pelo Ministério Público por seis vezes. Desde a última delas, no dia 10 de novembro, o inquérito faz parte da pilha de papéis que disputam a atenção do escasso quadro de delegados da Polícia Civil no Distrito Federal.

“Dos 400 delegados previstos para o Distrito Federal, existem hoje, trabalhando, apenas 153. E nas delegacias circunscricionais, onde deveriam haver pelo menos oito delegados em cada uma delas, a média é de três ou quatro”, denuncia o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Vilmar Costa Braga, que atribui a falta de delegados aos salários rebaixados por uma legislação de 1996 e ao atraso na realização de um novo concurso.

Na prática, os números apresentados por Vilmar significam mais trabalho para os delegados que estão na ativa, lentidão no encaminhamento dos inquéritos e a imposição de prioridades na hora de se conduzir uma investigação. “Muitas vezes, é preciso atrasar a apuração de furtos, que deve ser concluída em 30 dias, para dar conta dos inquéritos com prisão em flagrante, que têm de estar prontos em dez dias”, completa Vilmar.

Em Samambaia, onde o inquérito 318/96 está parado, a rotina dos seis delegados lotados na 26ª DP resume a situação apresentada por Vilmar. O delegado-chefe, Paulo César Tolentino, por exemplo, trabalhou no último mês 144 horas além do que

devia, recebendo apenas o adicional noturno.

ACÚMULO DE TRABALHO

“Não há delegados para garantir o plantão da semana inteira, por isso, trabalhamos em sistema de sobreaviso. Como há dois ou três flagrantes por noite, às vezes dormimos na delegacia”, conta Tolentino, que às 17h de segunda-feira havia despachado as 150 ocorrências acumuladas do final de semana e se preparava para passar a noite debruçado sobre os 400 processos empilhados sobre a sua mesa. “Em situação normal, eu precisaria de pelo menos 70 dias para ler tudo isso”, contabiliza.

“Às vezes um inquérito segue ainda inconcluso para o Ministério Público, retorna e o novo prazo se expira sem que a gente consiga mexer na investigação”, completa outro delegado da 26ª, José Reis Santos.

Em Sobradinho, a escassez de delegados é mais um dos problemas que tumultuam a rotina da 13ª Delegacia de Polícia. Nela, são registradas diariamente 40 ocorrências e os presos são obrigados a fazer um revezamento durante a noite. Com um espaço de 46 centímetros quadrados para cada um dos detentos, é impossível que todos eles se deitem ao mesmo tempo dentro das celas.

Quando assumiu a delegacia, há dois anos, o delegado-chefe Miguel Vieira de Mello trabalhava com uma equipe de 75 policiais, entre delegados, escrivães e agentes. “Hoje, na delegacia, trabalham apenas 65 pessoas, para atender a uma população de 150 mil pessoas”, afirma Mello.

Por conta da sobrecarga de trabalho, os delegados mudaram a escala de serviço. Aqueles que deveriam cumprir um plantão de 24 horas de trabalho por 72 de folga, estão trabalhando as 24 horas, mas folgando apenas as 24 horas seguintes. “Em

Adauto Cruz 9.9.97



Trabalho acumulado para o delegado Miguel de Mello, que com 65 pessoas atende os 150 mil habitantes de Sobradinho

condições normais, alguns deles trabalham em horário de expediente — das 8h às 18h — e o restante, 24 horas ininterruptas, seguidas por uma folga de 72 horas.

Segundo o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, Mário André Machado, sem a realização de um concurso, será impossível garantir delegados para as quatro novas delegacias em construção no Distrito Federal (São Sebastião, Paranoá, Setor P Sul e Riacho Fundo).

“As delegacias já trabalham com

o mínimo do que se exige. Não há como dividir mais”, defende Machado. Além das 18 delegacias circunscricionais do Distrito Federal, os delegados estão na Coordenação de Polícia Especializada (CPE) e cedidos a órgãos como a Câmara Legislativa e algumas administrações regionais.

O concurso para o preenchimento de 144 vagas de delegados da Polícia Civil já está garantido pelo Governo do Distrito Federal (GDF), mas o edital ainda não foi publicado. “Desde o dia 5 de março que ou-

vimos do secretário de Segurança Pública (Roberto Aguiar) a promessa do concurso, mas até agora nada”, reclama.

Segundo assessores da Secretaria de Administração, o edital está pronto. Resta apenas a homologação do governador Cristovam Buarque. Ainda assim, lembra Machado, o problema corre o risco de ser solucionado apenas em 1999. “Do final das inscrições do concurso à nomeação de um delegado, são necessários pelo menos oito meses”, lembra.